

# **GEOGRAFIAS DA COMUNICAÇÃO E PROPOSTA DE COMUNICAÇÃO E CIDADANIA PARA TRABALHADORAS EM AGRICULTURA DA ZONA RURAL DE CHUPINGUAIA/RO**

COELHO, Lilian Reichert

**Resumo:** O objetivo desta reflexão foi verificar os modos como as mulheres rurais do Distrito Novo Plano, no município de Chupinguaia, em Rondônia, percebem a própria atuação como participação política. Para tanto, o trabalho desenvolveu-se com foco nas mulheres representantes de associações, especialmente, na presidenta da Associação Agrinova. A leitura aqui proposta conduziu-se pela percepção das funcionárias do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Vilhena e Chupinguaia (STTR). Para tanto, foram utilizadas como técnicas de coleta de dados a observação não participante, entrevistas semi-estruturadas e descrição a partir de diário de campo das pesquisadoras. Do ponto de vista teórico, o trabalho balizou-se na confluência entre a área emergente e interdisciplinar das Geografias da Comunicação, dos Estudos Contemporâneos sobre Gêneros e Feminismos e da Comunicação para a Cidadania. A partir do cruzamento dos dados coletados junto aos sujeitos da pesquisa, obteve-se, como resultados, grosso modo, que a participação política das mulheres em foco ainda é incipiente e dependente da mediação do STTR, situação derivada, sobretudo, da falta de informação e das dificuldades de comunicação na localidade em estudo.

**Palavras-chave:** geografias da comunicação; cidadania; participação política; comunicação; trabalhadoras rurais.

**Abstract:** The purpose of this reflection was to the ways in which rural women's New Plan District, in the municipality of Chupinguaia in Rondônia, realize their own role as political participation. Thus, the work developed with focus on women representatives of associations, especially in the Agrinova Association president. The reading proposed here led by the perception of the employees of the Union of Rural Workers of Vilhena and Chupinguaia (STTR). For both, were used as data collection techniques to non-participant observation, semi-structured interviews and description from the researchers' field diary. From the theoretical point of view, the work buoyed at the confluence between the emerging and interdisciplinary field of Geographies of Communication of Contemporary Studies on Gender and Feminisms and Communication for Citizenship. From the intersection of the data collected from the study subjects, we obtained, as a result, roughly, that the political participation of women in focus is still nascent and dependent on the mediation of the STTR, situation derived mainly from the lack of information and the difficulties of communication locality in study.

**Key words:** Communication Geographies, citizenship, political participation, rural women workers.

## Introdução

O Cone Sul de Rondônia tem evidente vocação agrícola, marcada pela produção em escala, isto é, por grandes fazendas de soja e milho, principalmente, além da pecuária, constituindo “áreas intensivas em tecnologia agroindustrial” (BECKER, 2009, p. 150). Tal configuração, no entanto, não se tornou realidade e não se impôs sem enfrentar mobilização de atores organizados da sociedade civil preocupados com os passivos ambientais, humanos e sociais e sem considerar o histórico violento das lutas pela reforma agrária no Brasil. Sobre a questão, Gohn (2010, p. 143) refere que “No campo dos movimentos sociais rurais a organização popular cresceu bastante a partir dos anos de 1990. Pesquisas recentes indicam a existência de mais de 80 movimentos rurais no Brasil no início deste novo milênio”.

Mesmo considerando esse cenário, vale sublinhar que nem todos esses movimentos surgiram na década de 1990. Alguns deles derivam de um histórico na luta pela terra que revela conflitos violentos e, ao mesmo tempo, conquistas. Estas, no entanto, devem ser relativizadas. Bassani (2006, p. 39) destaca que

a década de 1960 inicia-se com grandes transformações no cenário político brasileiro. Uma década marcante, sobretudo, sob o ponto de vista do futuro da questão agrária brasileira. Em março de 1963, através da Lei n. 4.212 – Lei Ferrari – é promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). Essa lei regulamentava definitivamente todas as leis trabalhistas no campo brasileiro.

Data também de 1963/1964 a criação da CONTAG (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura) e, na sua esteira, floresceram sindicatos de trabalhadores rurais por todo o Brasil, consolidando-se como o principal instrumento de reivindicação dos direitos contidos no Estatuto da Terra, promulgado em 30 de novembro de 1964, “lei que viria regulamentar o entendimento que o governo militar tinha em relação à Questão Agrária.” (BASSANI, 2006, p. 39-40). Entretanto, conforme pontuam Alves e Joanoni Neto (2010, p. 41 *apud* ALCÂNTARA, 2013, p. 6), tais “políticas fundiárias e agrárias” “[...] foram elaboradas tendo como premissa básica a garantia do monopólio de vastas extensões de terra para um reduzido número de proprietários, de tal sorte o predomínio da grande propriedade na estrutura da terra no país.”

A acompanhando a dinâmica histórica do país e, mais especificamente, considerando o sistema de colonização adotado pelo governo federal – mais notadamente pelos militares – para a Amazonia, o Cone Sul de Rondônia não foge a regra e também tem sido palco de conflitos agrários, tendo culminado no episódio conhecido como Massacre de Corumbiara, ocorrido na Fazenda Santa Elina, zona rural do município de Corumbiara/RO.

Todavia, mesmo observando todos os programas implantados pelo Governo Federal voltados para a questão da terra, a recente descentralização das políticas e as iniciativas dos

movimentos sociais, decorridos mais de trinta anos, observa-se que persistem muitos dos problemas da população rural no Cone Sul de Rondônia, notadamente na localidade de Chupinguaia.

Por isso, o estudo ora apresentado<sup>1</sup> concentra-se na zona rural do referido município. De acordo com o sítio eletrônico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população de Chupinguaia, em 2010, era de 8.301 habitantes, com estimativa, para 2013, de 9.636. No Distrito Novo Plano, resultado de um processo de assentamento, localiza-se a Associação Agrovila. Assim como muitos trabalhadores rurais do Cone Sul de Rondônia, os moradores do distrito ainda não possuem a titularidade da terra, apenas o direito de posse, alcançado depois de os assentados recorrerem na Justiça até a terceira instância, conforme referido pela presidenta da Associação, Iracema de Souza Maciel. Ela revelou, em entrevista, que participou “de várias reuniões com o INCRA sobre a documentação da área de Novo Plano, mas a informação é sempre para esperar. Há 13, quase 14 anos.” (IRACEMA DE SOUZA MACIEL, ENTREVISTA, 03/04/2013).

A assessoria de imprensa do Deputado Padre Ton e a da FETAGRO (Federação dos Trabalhadores em Agricultura de Rondônia) publicaram, no dia 2 de dezembro de 2013, informação segundo a qual “De 70 conflitos agrários registrados em 2013 em Rondônia, pelo menos 54 deles correspondem a títulos provisórios com as CATPs [Contratos de Alienação de Terras Públicas] em terras abandonadas e ocupadas por posseiros.”<sup>2</sup> Isso permite as famílias tornarem-se proprietárias definitivas dos seus lotes, terras da União que grandes fazendeiros tentam provar serem suas propriedades.

“A Fetagro explica que a decisão do MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário] pelo cancelamento foi embasada pela constatação do não cumprimento de cláusulas do contrato por parte dos particulares, e que determina a perda do direito à propriedade do imóvel. As terras tornam-se públicas, da União, e aptas para fins de reforma agrária.” (ASSESSORIA DEPUTADO PADRE TON; FETAGRO, 2 de dezembro de 2013). A conquista é atribuída

---

<sup>1</sup> Este trabalho apresenta apontamentos oriundos do Projeto de Pesquisa Gênero, mídia e políticas públicas em Rondônia: análise crítica do programa governamental Territórios da Cidadania e propostas de comunicação para a cidadania para/com as trabalhadoras em agricultura mobilizadas, vinculado ao HIBISCUS – Grupo de Pesquisa e Extensão em Comunicação, Discurso e Gênero na Amazônia Ocidental (DEJOR/UNIR-Vilhena), que tem financiamento do CNPq.

<sup>2</sup> “Firmados mediante licitação na década de [19]70, os CATPs permitiram que muitos particulares do Sul e Sudeste do país adquirissem terras públicas na Amazônia Legal, estabelecendo contratos com cláusulas que deveriam, sob fiscalização do INCRA, ser cumpridas não apenas pelos proprietários mas também pelo governo federal. Somente na região de Vilhena e Chupinguaia existem ao menos 36 áreas de domínio público transferidas a pessoas que se submeteram a concorrências públicas e firmaram CATP. Essa modalidade pode ser destinada a reforma agrária”. (ASSESSORIA DEPUTADO PADRE TON; FETAGRO, 2 de dezembro de 2013)

ao intenso trabalho de diversos atores ligados aos movimentos sociais rurais e às reivindicações do Grito da Terra Estadual e Nacional<sup>3</sup>.

Diante do contexto brevemente exposto, configura-se como objetivo deste trabalho compreender os modos como as mulheres que exercem algum tipo de liderança junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Vilhena e Chupinguaia e a Associação Agrinova percebem a própria participação política e a de outras mulheres da localidade em apreço. Para isso, apresenta-se breve leitura da questão proposta a partir do discurso de diversas fontes (presidenta da Associação de Mulheres Agrinova, associadas e representantes do STTR).

A hipótese-guia deste estudo orienta-se pela percepção – originada de estudo exploratório e também de entrevistas individuais focalizadas coletadas em diferentes oportunidades pelas autoras – segundo a qual as mulheres trabalhadoras em agricultura da região têm participação política limitada, em que pesem as cotas para mulheres nos sindicatos, associada à incipiência da constituição de sua identidade política e de gênero, ainda dependente de ações individuais isoladas e fortemente atrelada à reprodução dos discursos e práticas dominantes, que conferem ao homem o papel central nas decisões, inibindo a participação efetiva das mulheres.

Nesse sentido, vale definir o que se entende, no escopo deste trabalho, por relações entre gênero e participação política no contexto rural. Rua e Abramovay (2000, p. 255) referem que “participar expressa a busca de autonomia e pode envolver tanto posições de enfrentamento, como de colaboração e composição de interesses. Ou seja, a participação é sempre de natureza política”. Política que tem uma história de lutas, pois “a demanda pela terra no Brasil é um fenômeno antigo”, conforme apontam os autores (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 44).

Mota (2009, p. 3) aponta o ano de 1995 como fundamental para a inclusão oficial das mulheres no sindicalismo rural, por ter sido quando

(...) a auto nomeação do movimento tem incluído o nome de *trabalhadoras* ao lado de *trabalhadores*, autodenominando-se movimento de *trabalhadores e trabalhadoras rurais*. É possível também, nos discursos oficiais desse movimento, a existência de uma fala para as

---

<sup>3</sup> Conforme o sítio da CONTAG: “O Grito da Terra Brasil é a principal ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). É promovido pela CONTAG, Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). Reúne anualmente, na capital federal, milhares de pessoas de todo o país, entre lideranças, agricultores(as) familiares, assalariados(as) rurais, assentados(as) e acampados(as) da reforma agrária, dentre outros que apoiam as bandeiras de luta da população rural.” Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=257&nw=1> Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

mulheres – ou da instalação das mulheres na sua fala político-pública. (MOTA, 2009, p. 3). [grifos da autora]

A deliberação de 30% de cotas para participação compulsória de mulheres na Diretoria da CONTAG ocorreu no 7º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), realizado em 1998. “Essa deliberação foi estabelecida como meta a ser adotada em todas as Federações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais” (MOTA, 2009, p. 8). A informação pode ser confirmada no documento *Igualdade é o máximo, cota é o mínimo – as mulheres no mundo sindical*, publicação organizada pela Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), lançada em 2008. No documento, afirma-se ainda que, “[...] atualmente, a política de adoção de cotas foi implementada em todas as instâncias do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais”. (CUT, 2008, p. 23)

No nível regional, conforme informações cedidas pela vice-presidente do STTR de Vilhena e Chupinguaia, em Rondônia, foi aprovada a paridade entre homens e mulheres em Congresso da FETAGRO realizado em 2013. Com isso, a partir de 2016, será obrigatória a implantação.

Atualmente, o Sindicato de Vilhena está quase meio a meio na questão da mulher. Acho que estamos com 40% de mulheres. Mesmo avançando para 50%, será preciso melhorar a qualidade, porque muitas ocupam somente para preencher um espaço, para não deixar vago. Os jovens também têm muito disso. As mulheres precisam se dedicar ao espaço que conquistarem. Vão enfrentar muita briga, muita luta, muita desavença, mas cabe a elas ocupar esses espaços. (ADRIANE APPELT, ENTREVISTA, 11/10/2013).

Assim, em que pese a ocupação de mulheres em cargos de direção nos sindicatos e associações, sua presença ainda se revela pouco substantiva do ponto de vista político, sendo mais significativa no plano simbólico, discursivo, como reflete Mabel Senes, ex-Secretária de Mulheres do STTR de Vilhena e Chupinguaia<sup>4</sup>, ao ser questionada sobre a consideração do pensamento e da opinião das mulheres na tomada de decisões importantes, na prática: “Eu diria que, ultimamente, está sendo considerada, devido a essa imposição da paridade. A fala diz que os direitos são iguais, mas, na hora, os homens opinam mais.” (MABEL SENES, ENTREVISTA, 30/09/2013).

Abaixo, apresenta-se a entidade que constitui o foco deste trabalho, Associação Agrinova, localizada no Distrito Novo Plano, em Chupinguaia, considerada mais avançada

---

<sup>4</sup> A fonte era a Secretária de Mulheres do STTR de Vilhena e Chupinguaia a época da investigação realizada.

no que diz respeito à participação política das mulheres pelas funcionárias do STTR do que as agremiações de trabalhadoras rurais da região de Vilhena, cidade-polo<sup>5</sup>.

### **Mobilização social no campo em Chupinguaia: uma associação de mulheres?**

Como apontado acima, Novo Plano constitui um distrito do município de Chupinguaia que, conforme o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Vilhena e Chupinguaia, Udo Wahlbrink, começou a ser povoado em meados da década de 1990, mais precisamente entre 1994 e 1997. Wahlbrink também comentou, em entrevista, que, inicialmente, o local era uma extensa fazenda de propriedade de uma empresária de Vilhena/RO. De acordo com informações obtidas no STTR, ao todo, existem catorze associações de trabalhadores rurais na região de Chupinguaia.

A Associação Agrinova foi fundada em 2004 com o objetivo de incentivar as mulheres do local a reunirem-se para a mobilização política. No entanto, desde então, a entidade concentra-se em “proporcionar diversos cursos de ação social, não apenas para o produtor rural, mas para o pessoal urbano também, do Distrito de Novo Plano”. (IRACEMA DE SOUZA MACIEL, ENTREVISTA, 03/04/2013). De acordo com a presidente da Associação, Iracema de Souza Maciel, já foram ofertados, em média, trinta cursos profissionais. (...) Não só os cursos, a Associação tem hoje tratores, o que também traz os sócios para participar. A gente tem um trabalho grande com os produtores (...) (IRACEMA DE SOUZA MACIEL, ENTREVISTA, 31/11/2013). Isso revela que, a despeito da proposta inicial, o foco das ações desenvolvidas pela entidade não se sustenta pela mobilização política exclusiva das mulheres, mas pela tentativa de solução de problemas de ordem prática do cotidiano de todos os associados, configurando-se, portanto, como organização mista.

Confirma o exposto o relato da primeira-tesoureira, Helena da Silva Rech, associada e membro da diretoria desde a constituição da entidade. Ela afirmou, em entrevista, que as mulheres foram incentivadas a criar a Associação “para ter mais força, para levar benefícios para a comunidade”. Sobre as relações de gênero, a entrevistada referiu que, “na nossa Associação é tudo em parceria, tanto os homens quanto as mulheres”. (HELENA DA SILVA RECH, ENTREVISTA, 08/03/2013).

De acordo com a atual representante, a primeira presidenta da Associação Agrinova foi Maria de Oliveira. Iracema participou da primeira diretoria, tendo atuado no Conselho Fiscal. A segunda presidenta foi Cléia de Souza Bezerra, que manteve o mandato por um ano, quando sofreu um acidente. Como Iracema Maciel era a vice, assumiu o mandato por

---

<sup>5</sup> Esta discussão será tema de outro artigo.

um ano. Em maio de 2014, completa quatro anos à frente da entidade. (IRACEMA DE SOUZA MACIEL, ENTREVISTA, 31/11/2013).

Mesmo mantendo um histórico de representação por mulheres à frente da Agrinova, o trabalho de observação não participante direta e pública, em situação natural (FLICK, 2009, p. 204), realizado pelas pesquisadoras, revelou a complexidade das relações, pautada pelo ínfimo questionamento das hierarquias de poder entre homens e mulheres, com a reprodução dos sistemas de crenças já vigentes, dos discursos e das práticas orientadoras das relações de gênero hegemônicas em nossa sociedade, como se pretende demonstrar. Nas entrevistas etnográficas com algumas associadas (FLICK, 2009, p. 159), observou-se a complexidade da organização da Agrinova, pois a entidade é compreendida pelas entrevistadas como associação de mulheres, o que lhes garantiria, em tese, identidade e autonomia. Na prática, porém, trata-se de uma entidade mista, como todas as outras agremiações do tipo observadas ao longo da execução do projeto de pesquisa “Geografias da Comunicação, Discurso e Estudos de Gênero: a representação midiática e as imagens de si de mulheres no Território da Cidadania Central/Ji-Paraná, Estado de Rondônia, localizado na Amazônia Sul Ocidental Brasileira”, desenvolvido entre dezembro de 2010 e dezembro de 2012, e do projeto “Gênero, Mídia e Políticas Públicas em Rondônia: Análise Crítica do Discurso governamental sobre o Programa Territórios da Cidadania e propostas de comunicação e cidadania para/com as trabalhadoras em agricultura”, em andamento desde o início de 2013. Isso desnuda “uma dupla armadilha” para as mulheres: “ou se envolvem com as questões gerais pautadas no movimento ou se restringem aos espaços específicos” (MOTA, 2009, p. 2).

Das entrevistas com diferentes atores envolvidos no processo, ressoa o predomínio das lutas pautadas pelas reivindicações de classe, pelos direitos relativos à titularidade das terras, com pouca consciência sobre como equacionar os desníveis das questões de gênero, como se pode depreender da fala de Helena Rech, reproduzida acima, sobre a “parceria” entre homens e mulheres. Trata-se de traço revelador do baixo questionamento das hierarquias de poder, cuja tendência é mascarar as relações de dominação, aqui entendidas sob o prisma apontado por Bourdieu (1996, p. 92), segundo o qual

A dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes (a classe dominante), investidos de poderes de coerção, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros.

É o que a equipe executora do projeto de pesquisa que originou este trabalho apurou no que diz respeito à polarização alcançada pela liderança – masculina – do presidente do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Vilhena e Chupinguaia (STTR), UdoWalhbrink. Seu *status* de liderança, de detentor e transmissor de informações importantes aos trabalhadores e trabalhadoras de rurais das regiões mais distantes dos

centros urbanos, é evidente. Conforme destacado por Eliane Ritter, secretária-geral do STTR, “como ele é presidente do sindicato, as pessoas procuram ele, para que se faça esse elo com as autoridades estaduais e até mesmo federais, porque a gente [pessoal do STTR] tem facilidade. A gente tem a Federação [FETAGRO], que tem esses contatos, e tem a CONTAG, que é a nível nacional”. (ELIANE RITTER, ENTREVISTA, 30/09/2013).

De modo geral, o STTR, com destaque para a figura do presidente, é visto pelas próprias associadas entrevistadas como o mediador por excelência entre os interesses locais e as políticas públicas e demais setores interagentes nas questões importantes para as pessoas do lugar, de certa forma, isoladas pela distância física do polo, que é a cidade de Vilhena (a 240 quilômetros, aproximadamente), e pelos entraves relativos aos meios de comunicação, já que o uso do telefone celular é restrito na zona rural do município de Chupinguaia. No Distrito de Novo Plano, o sinal só funciona nos pontos mais altos, o que compromete também o uso da *internet*. A assistência fornecida pelo STTR é reconhecida positivamente pelas mulheres entrevistadas, o que foi possível confirmar também pelo trabalho de observação não participante realizado em três ocasiões diferentes<sup>6</sup>: reunião da Associação Agrinova realizada em 27 de fevereiro de 2013; evento organizado pelo STTR em comemoração ao Dia da Mulher, na Chácara da Amizade, em Vilhena, ocorrido em 8 de março de 2013, congregando mulheres de diferentes localidades rurais da região; reunião da Associação Agrinova realizada em 31 de novembro de 2013. Isso significa que, mesmo que o STTR não se oriente pelo modelo de sindicalismo assistencialista, mas combativo-reivindicatório e de proposta (SCHMITZ, FERNANDES, SANTOS, 2012, p.9;12), com busca pelos direitos dos trabalhadores – como parece ser o caso em tela –, ações de cunho paternalista são reconhecidas como sua principal virtude pelos sujeitos investigados.

Por sua vez, a presidente da Associação Agrinova parece também assumir discursivamente o modelo mental paternalista, ao referir, com orgulho, as parcerias que estabeleceu com algumas entidades para a promoção de diversos cursos para as mulheres do Distrito de Novo Plano, como salgados, pintura, *biscuit*, dentre outros, reproduzindo a lógica dominante das “coisas de mulher”. Com isso, não se pretende afirmar aqui que a Associação não desenvolve ações relevantes; ao contrário, observa-se, pelo exposto, que o direcionamento assistencialista e voltado para toda a comunidade agrega o pessoal do local sem distinção, já que são ofertados cursos para as crianças da escola, para homens e mulheres, como o de tratorista, do qual participaram 19 cursistas, sendo duas mulheres (IRACEMA SOUZA MACIEL, ENTREVISTA, 03/04/2013).

No entanto, entende-se que a carência de conhecimentos a subsidiar a vida ordinária, o mundo do trabalho e as possibilidades de fortalecimento da renda predomina

---

<sup>6</sup> A coordenação da pesquisa armazena, dos três eventos mencionados, registros fotográficos e em vídeo, além de entrevistas individuais gravadas em áudio, com as devidas autorizações dos sujeitos participantes. O trabalho teve a colaboração dos membros da equipe executora do projeto de pesquisa Carlos Henrique Celestino da Silva, Silvana Ramos de Campos, Jamille Batista e Evelyn Iris Leite Morales Conde.

sobre a atividade política da Associação, ainda mais se for considerado que ela é entendida como associação de mulheres. A boa vontade prevalece e o esforço individual transparece das ações relatadas, com o estabelecimento de vínculos com parceiros que colaboram na ministração de cursos e na capacitação das pessoas do Distrito de Novo Plano, extensível a toda a comunidade de Chupinguaia, em alguns momentos. Assim, do caso em estudo, reverbera a baixa participação política das mulheres do local, ainda que estejam representadas com a presidência da Associação Agrinova, representação que, no entanto, não lhes garante consciência política nem autonomia.

Do ponto de vista das associadas, ressoa que o imediatismo em relação a obtenção de renda se sobressai, pois os cursos podem ajudar a incrementar efetivamente a renda, como reflete Maria Benedita da Conceição Luz, que, à época da pesquisa de campo, morava a seis quilômetros da Associação Agrinova, no acampamento Terra Boa, onde restam duas famílias<sup>7</sup>: “Já tem nove anos que estou no Novo Plano. Faz dois anos que estou no curso [de pintura]. Eu gosto muito do que eu faço, já vendi meus panos de prato (...)”.

Pelas palavras da associada, percebe-se que os cursos oferecidos pela associação auxiliam na autoestima das mulheres pelo viés da fermentação da construção de identidade e da consciência sobre a equidade de gênero no que diz respeito à autonomia pela renda, mas a identidade política coletiva de gênero ainda demonstra ser imatura, bem como as conquistas no âmbito do reconhecimento em termos de justiça social e entre os membros do próprio grupo.

Destaque-se a relação estabelecida entre a diretoria da Associação e o setor público, como a assessoria prestada pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica Rural) e pela Prefeitura de Chupinguaia, mais notadamente pela Secretaria de Bem-Estar Social, junto à qual a presidenta da Associação Agrinova atua como Coordenadora da Terceira Idade. A presidenta da Associação também informou, em entrevista, sobre parcerias com a Secretaria de Agricultura do município. Vale destacar que Iracema também ocupa o cargo de vice-secretária do Conselho Municipal do Desenvolvimento Regional (CMDR), cujo presidente é um dos técnicos da EMATER (IRACEMA SOUZA MACIEL, ENTEVISTA, 08/03/2013).

Pelo exposto pela presidenta da Associação, observa-se que há dependência em relação aos órgãos com os quais mantém parcerias, sobretudo com o STTR, que comparece ao Distrito Novo Plano em meses alternados (de 60 em 60 dias) para fornecer informações relevantes para os(as) associados(as) e realização de outras atividades.

No que diz respeito a comunicação, verificou-se que o pessoal do STTR, com especial destaque para o presidente, atua como mediador privilegiado na relação entre as

---

<sup>7</sup> Alguns meses após a realização do trabalho de campo, no final do mês de junho de 2013, dona Maria faleceu, aos 59 anos, por falta de socorro médico, como ela própria já havia denunciado em entrevista. “No Novo Plano, logo no começo, era até bom o atendimento, não faltava médico. Agora, do ano passado [2012] para cá [2013], começou a faltar médico, quase não vem médico mais”. (MARIA BENEDITA DA CONCEIÇÃO LUZ, ENTREVISTA, 03/04/2013).

informações de modo geral e os(as) associados(as) da Agrinova. Em razão disso, foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas com as cinco mulheres que atuam no STTR de Vilhena e Chupinguaia<sup>8</sup>.

Assim como a maioria das mulheres que alcançaram cargos nos sindicatos, Adriane Appelt era trabalhadora rural e refere que ainda ajuda a família, quando dispõe de tempo. A fonte revelou que entrou para o STTR em 2009 “para ajudar” e, desde então, “adquiriu conhecimento e desenvolveu opinião própria”. “Nos primeiros três anos, trabalhei como Secretária de Jovens. Por um ano eu fazia diárias; depois, passei a vir no horário das Secretárias, que, na época, funcionava das 7 às 14 horas. No final do ano passado [2012], assumi como vice-presidente”. (ADRIANE APPELT, ENTREVISTA, 11/10/2013). Por ocupar o cargo de vice-presidente, Adriane assumiu também a pasta de Políticas Agrárias da entidade.

Sobre a participação de mulheres nas assembleias (reuniões para as quais todos os sócios são convidados) promovidas pelo STTR, Adriane aponta que, se a investigação partir do quantitativo, verifica-se que a maior parte é composta por mulheres. Mas, muitas vezes, elas participam das reuniões por ordem dos maridos. “A participação através de intervenções é pouca. A maior parte é de quem está à frente das associações, que são os presidentes, a maioria homens”. (ADRIANE APPELT, ENTREVISTA, 11/10/2013)

Isso pode ser considerado um ranço persistente em instituições como o STTR. Giuliani (2010, p. 652) define “as organizações sindicais como estruturas de caráter relativamente estável, produtoras de códigos de conduta, mediadoras entre as relações de trabalho e instituições democráticas”. No que tange especificamente à questão de gênero, a autora assinala dissimetrias entre reconhecimento e possibilidades de atuação em cargos de destaque.

No que diz respeito à prevalência de homens nos cargos de presidência dos sindicatos e das associações, a vice-presidente do STTR de Vilhena e Chupinguaia centra a análise na

(...) questão da disponibilidade. Porque, muitas vezes, a mulher acaba se prendendo a ter filho, a ter que limpar casa e cozinhar. Acaba achando que não tem competência, que não vai dar conta (...) Se prendendo a esses afazeres, não dá espaço para crescer e mostrar o valor que ela tem, a qualidade que ela tem, a competência. E, outras vezes, também acontece de não ter espaço; às vezes, não é concedido espaço a elas, o máximo que concedem a elas é trabalho de secretária para lavar ata. Quem lava as

---

<sup>8</sup> Destaca-se como fundamental a participação da pesquisadora Silvana Ramos de Campos, membro da equipe executora do projeto-matriz e bolsista PIBIC, que preparou, realizou e transcreveu as entrevistas e as registrou em áudio.

atas e cuida da documentação são mulheres. Presidente de associação é o homem. (ADRIANE APPELT, ENTREVISTA, 11/10/2013)

Adriane refere ainda que as mulheres são sempre convidadas para cozinhar nos eventos, no máximo, redigir atas, mas quase nunca para as deliberações. Ela considera a divisão de gênero mais forte no meio rural do que no urbano, o que percebe com clareza, conforme ela própria destaca, por acumular a experiência de participar também da direção estadual da CUT. Como principal necessidade das trabalhadoras em agricultura, a vice-presidente do STTR assinala a necessidade de renda própria, desvinculada do marido, pois, “quando se trabalha na área rural, quem administra financeiramente é o marido. Ela trabalha em toda a produção, mas quando tem a venda, é ele que vende, recebe o dinheiro, investe de volta”. (ADRIANE APPELT, ENTREVISTA, 11/10/2013)

Ao ser questionada sobre o que poderia ser feito para melhorar a situação das associadas, Adriane afirma que é preciso, antes, executar o “complicado trabalho de esclarecer as mulheres”, no sentido de divulgar ações - como cursos - pelas quais elas se interessem e de fato compareçam. Mesmo assim, a vice-presidente do STTR julga difícil, pois o trabalho é dificultado pelos homens e pela falta de as próprias mulheres se sentirem em condições de aproveitar os espaços já conquistados.

Na opinião de Silva e Silva (2012, p. 10), estudiosos dos impactos das políticas públicas da vida das mulheres rurais de um assentamento localizado no município de Porto Velho/RO,

É preciso melhorar a relação delas [das mulheres] com as instituições, é comum quando um representante de alguma instituição vai ao assentamento, geralmente nas reuniões da Associação, onde o discurso é todo no masculino, embora nestas reuniões tenham muitas mulheres trabalhadoras rurais e associadas, mesmo que em alguns desses encontros elas sejam a maioria, parece que elas não existem para algumas políticas públicas no discurso de seus representantes. E quando as ações são dirigidas às mulheres é para que elas façam cursos tradicionalmente oferecidos à população rural como: artesanato, culinária, corte e costura, produtos de higiene e limpeza. E para os homens são oferecidas atividades vinculadas à plantação, produção e comercialização. Essas práticas ajudam a reproduzir as desigualdades de gênero.

Mesmo no caso da Associação Agrinova, considerada uma agremiação de mulheres, a representação na presidência e em outros cargos não parece garantir o empoderamento de fato. Como observado por meio de aplicação de técnica de pesquisa não participante, na última reunião do ano de 2013, realizada a 31 de novembro, a presidente detém o respeito de homens e mulheres vinculados à Associação. Todos se calam quando ela toma a palavra para apresentar a prestação de contas do ano, centrada na aquisição de um item de maquinário e na construção da cozinha industrial nas dependências da Associação. Porém, Iracema desloca-se para segundo plano por iniciativa própria com a chegada do presidente

do STTR de Vilhena e Chupinguaia, que assume a palavra. Na referida reunião, era nítida a separação espontânea do espaço físico entre homens e mulheres. Conforme os(as) associados(as) chegavam, os homens sentaram-se do lado esquerdo, enquanto as mulheres assumiram seus postos do lado direito do barracão que funciona como sede da entidade.

A técnica da observação não participante permitiu notar, na oportunidade, um clima de nervosismo antes do início da reunião e durante a condução inicial de Iracema. Já havia a informação de que o pessoal do STTR poderia chegar a qualquer momento para esclarecer dúvidas dos(as) associados(as) e também de que “um político” do Estado de Rondônia compareceria. Os membros da equipe perguntaram a diversas pessoas de quem se tratava, mas todos desconversaram. Tanto é assim que, por esse motivo, a reunião começou com certo atraso. No início, a presidenta agradeceu a presença do vice-prefeito de Chupinguaia e de um vereador chamado Coutinho. Passado o momento da prestação de contas, chegaram o presidente do STTR, acompanhado de duas funcionárias, e alguns políticos, com destaque para um deputado federal, que reiterou o discurso comum sobre a ineficiência e morosidade do INCRA, destacando as atividades do Programa Terra Legal, implantado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Pelo exposto, é possível compreender a complexidade e as nuances inerentes ao processo de constituição da identidade e da ação política das mulheres da região, pois são muitos vértices e agentes envolvidos na luta pela questão agrária, que, por sua vez, se intersectam com as questões de gênero. Estas, no entanto, apenas tangenciam o foco principal ou permanecem em plano de menor relevância, dado o contexto e a falta de informação e até de interesse, tanto de homens quanto das próprias mulheres, que parecem conformadas com a situação ou satisfeitas com o que lhes é oferecido.

Nessa perspectiva, Rosiclei Tavares, secretária do STTR de Vilhena e Chupinguaia, analisou, em entrevista cedida em 01 de outubro de 2013, que os problemas de falta de informação das mulheres e até mesmo do atraso em termos de conquistas advém da falta de interesse das próprias mulheres. Conforme aponta a funcionária, o sindicato promove atividades destinadas às mulheres, mas a adesão é baixa. “Esses dias, teve o Encontro das Mulheres”, mas “vieram tão poucas mulheres participar...” (ROSICLEI TAVARES, ENTREVISTA, 01/10/2013). Outra funcionária do STTR, Nádris Signoratti, percebe nítidas diferenças na mobilização e na participação nas associações de Vilhena e de Chupinguaia, avaliando que, nesta, a participação é maior devido à presença de mulheres nos cargos de direção, embora destaque que a maioria dos presidentes das associações da região é homem. (NÁDRIS SIGNORATTI, ENTREVISTA, 02/10/2013).

Considerando todo o cenário aqui brevemente apresentado, entende-se como crucial que as trabalhadoras rurais da região de Vilhena e Chupinguaia exerçam sua cidadania pelo viés da informação, que é o que mais lhes falta, de acordo com as fontes consultadas. Nesse sentido, a universidade pode e deve contribuir, estabelecendo mais parcerias, destinadas a orientar a busca e a produção de informações sobre a realidade das mulheres, com foco nos seus interesses e em seus direitos.

### **Estratégias de Comunicação para a Cidadania de Gênero: proposta para a Associação Agrinova e para o STTR**

Vale pontuar que a situação das trabalhadoras rurais do Distrito de Novo Plano é visivelmente precária em termos tanto de acesso físico (nos meses de chuvas intensas amazônicas elas ficam ilhadas) quanto em termos de conexão aos meios de comunicação. No entanto, é preciso construir formas alternativas para que a comunicação não se restrinja ao STTR ou a outros parceiros, pois “O acesso às mulheres às fontes de informação e aos canais de comunicação é crucial para que elas venham a ter uma participação democrática, respeito aos seus direitos humanos e voz na esfera pública” (PLOU, 2005, p. 154).

Nesse sentido, atividade relevante que a universidade pode promover é um trabalho efetivo de intervenção dialogada, no sentido de orientar a ação a ser desenvolvida pelo escopo da comunicação comunitária, se entendida como

(...) o processo comunicativo levado a efeito por movimentos sociais populares organizações sem fins lucrativos da sociedade civil. Este ocorre no bojo de uma práxis de atores coletivos que se articulam de modo a provocar a mobilização social e realizar ações concretas com vistas à melhoria da consciência política e das condições de existência das populações empobrecidas. (PERUZZO, 2008, p. 1).

Assim, identificados os entraves e as necessidades dos sujeitos em foco no que diz respeito à comunicação, a equipe executora do projeto de pesquisa elaborou e está em vias de aplicar um Plano de Ação de Comunicação para a Cidadania com enfoque em Gênero, a fim de capacitar, primeiro, os agentes que já estão envolvidos no processo de socialização das informações junto às trabalhadoras rurais, a saber: o pessoal do STTR de Vilhena e Chupinguaia e as presidentas de associações. Com a oferta de um curso de formação para a comunicação cidadã orientada para o contexto rural e para as questões de gênero, pretende-se que elas possam tornar-se multiplicadoras, assim como já fazem em relação a outros tipos de cursos. Isso se evidencia pelo fato de o STTR demonstrar ter conhecimento da necessidade de ampliar sua atuação no que diz respeito ao trabalho com as mulheres no que concerne à informação, como refere a secretária-geral:

Eu acho que é necessário mais conscientização. Porque tem algumas mulheres que, às vezes, têm altos talentos, mas elas não saem lá da sua casa. A gente vai pras reuniões, elas não participam, não sabem do seu potencial, dos seus direitos, não sabem das políticas públicas (...). Então, acho que ainda falta muito trabalho nosso mesmo, de levar essas informações, a gente sente isso. (...) Às vezes, falta mais isso, é comunicação mesmo. (ELIANE RITTER, ENTREVISTA, 30/09/2013)

Depois, pretende-se estender a formação para as Secretárias de Mulheres dos demais sindicatos, por meio de parceria já estabelecida com a FETAGRO, para que todo o Estado de Rondônia seja, de algum modo, beneficiado. Além do curso, a ser ministrado na forma de oficinas com mídias diferentes<sup>9</sup>, a equipe proponente pretende produzir, após a aplicação da formação inicial e a verificação da eficácia da experiência no contexto local, um guia de comunicação para a cidadania para as trabalhadoras rurais de Rondônia, que será disponibilizado gratuitamente.

### **Considerações Finais**

O caminho trilhado permitiu concluir que a leitura da participação política de mulheres na zona rural de Chupinguaia/RO é complexa e multifacetada e, como tal, deve ser compreendida. Diversos atores sociais interagem na luta pela terra em Rondônia e, mesmo dentre aqueles que se posicionam “do mesmo lado”, há disputas e hierarquias de poder que se estabeleceram e se consolidaram também em termos de relações de gênero, com evidente subordinação das mulheres, como é comum no meio rural brasileiro.

Um dos elementos mais perceptíveis e, ao mesmo tempo, contraditórios refere-se à incipiência no que diz respeito à participação política das trabalhadoras rurais da região em estudo. Perceptível porque o próprio sindicato tem ciência dos flancos onde precisa atuar para angariar a participação das mulheres, embora seus representantes ainda reproduzam a lógica da oferta de cursos voltados para a melhoria da renda, centrados em atividades que relegam a mulher ao ambiente doméstico e a um lugar social pautado pelo privado. A contradição maior se revela na trajetória de lutas e conquistas dessas sujeitas, que já têm histórico, muitas vezes familiar, no movimento social rural.

Em que pese tais constatações, observa-se que a construção de uma identidade política calcada nos parâmetros de gênero está começando a florescer, nem que seja pela “imposição” das cotas para mulheres nos sindicatos e federações, como se depreende do discurso das entrevistas para a pesquisa. Fator positivo é a circulação dessas mulheres, tanto das funcionárias do STTR quanto da presidenta da Associação Agrinova, por diferentes espaços de negociação e de participação política, como conselhos municipais, por exemplo, embora deva ser salientado o cuidado necessário para não resvalar em tratamentos político-partidários de quaisquer ordens, o que não constituiu foco da pesquisa ora apresentada.

Isto posto, vale salientar que uma das tarefas do grupo e da equipe executora do projeto de pesquisa é, talvez, pensar no levantamento do acúmulo de

---

<sup>9</sup> Saliente-se que as oficinas de rádio já foram ministradas em diversos STTRs do Estado pela pesquisadora e vice-líder do Grupo de Pesquisa, Profa. Me. Evelyn Iris Leite Morales Conde, no mês de junho de 2014. Também foram realizadas oficinas básicas de assessoria de imprensa no STTR de Vilhena, aplicadas pela graduanda e membro da equipe executora do projeto Larissa Cristina Pereira Ruas, sob supervisão da coordenadora da pesquisa, Profa. Dra. Lilian Reichert Coelho.

experiência e participação política e luta social dessas mulheres durante a aplicação das oficinas de capacitação de comunicação para a cidadania. Com isso, entende-se ser possível alavancar a autoestima delas, mostrando-lhes sua capacidade política e sua trajetória de vida como formas embrionárias para a futura participação e para o empoderamento pelo viés de gênero, o que pode acarretar mudanças também na sua visão de mundo e na vida cotidiana, permitindo-lhes, talvez, sair da condição de mulheres à margem da margem.

### Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, Mauro Henrique Miranda de. (2013) Os sujeitos, a fronteira e a História: a (re)ocupação de Colorado do Oeste. *Revista REDI*. Porto Velho, ano 1, número 1. Disponível em: Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

BOURDIEU, Pierre. (1996) *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 6.ed. Campinas, SP: Papirus.

COELHO, Lilian Reichert. (2014) Percepção das relações de gênero pelas trabalhadoras em agricultura de Rondônia: uma leitura convergente entre a análise crítica do discurso e os estudos contemporâneos sobre gêneros e feminismos. In: DALMONTE, Edson Fernando (org.). *Teoria e Prática da Crítica Midiática*. Salvador, BA: Editora da UFBA. (no prelo)

FLICK, Uwe. (2009) *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3.ed. Porto Alegre, RS: Artmed.  
GIULANI, Paola Cappelin. (2010) Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 9.ed. São Paulo: Contexto.

GOHN, Maria da Glória. (2010) *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.  
LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Silvia Maria Guerra. (2009) Ocupação humana e transformação das paisagens na Amazônia Brasileira. *Revista Amazônica*. n. 1. vol.1. pp. 200-228.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. (2007) *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. São Paulo: Atlas.

MEDEIROS, Edilson Lucas de. (2004). *A história da evolução sócio-política de Rondônia*. Porto Velho, RO: Rondoforms Editora e Gráfica Ltda.

MELO, Silvio (org.). (s/d) História do Estado de Rondônia. Disponível em [http://www.jcinformatica.com.br/admin/down/APOSTILA\\_DE\\_HISTORIA\\_DE\\_RONDONIA\\_MODULAR.pdf](http://www.jcinformatica.com.br/admin/down/APOSTILA_DE_HISTORIA_DE_RONDONIA_MODULAR.pdf). Acesso em 20 de novembro de 2010.

MOTA, Maria Dolores de Brito. (2009) Mulheres no sindicalismo rural – reconfigurando a política. In: *ANAIS da ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza, CE. Disponível em: <http://www.anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0079.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

NERY, Xico. Cahulla e o latifúndio no Cone Sul de Rondônia. *Blog Notícias da Terra – Comissão Pastoral da Terra/RO*, 6 de outubro de 2010. Disponível em: <http://cptrondonia.blogspot.com.br/2010/10/cahulla-e-o-latifundio-no-cone-sul-de.html> Acesso em 23 de janeiro de 2014.

NOVO ACAMPAMENTO EM CHUPINGUAIA. *Blog Notícias da Terra - Comissão Pastoral da Terra de Rondônia*. Disponível em: <http://cptrondonia.blogspot.com.br/2013/02/novo-acampamento-em-chupinguaia.html> Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

OLIVEIRA, José Lopes de. (2010) *Rondônia – geopolítica e estrutura fundiária*. Porto Velho, RO: Grafriel.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. (2001) *História, desenvolvimento e colonização do Estado de Rondônia*. 4 ed. Porto Velho: Dinâmica Editora.

PERDIGÃO, Francinete & BASSEGIO, Luiz. (1992) *Migrantes Amazônicos – Rondônia: Trajetória da Ilusão*. São Paulo: Loyola.

PERUZZO, Cicília. (2008) Relações públicas nos movimentos sociais e ‘comunidades’: princípios, estratégias e atividades. In: *Anais do II Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional (ABRAPCORP)*. Belo Horizonte, MG.

PLOU, Sabanes Dafne. (2005) E as questões de gênero na sociedade da informação? In: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano. *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo, SP: Editora da Universidade Metodista de São Paulo.

POSSEIROS DE VILHENA CONSEGUEM CANCELAR ANTIGOS TÍTULOS. *Blog Notícias da Terra – Comissão Pastoral da Terra/RO*, 13 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://cptrondonia.blogspot.com.br/2014/01/posseiros-de-vilhena-conseguem-cancelar.html> Acesso em 19 de fevereiro de 2014.

SCHMITZ, Aline Motter; FERNANDES, Patrícia Aparecida; SANTOS, Roselí Alves dos. (2012) A participação das mulheres agricultoras no Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Francisco Beltrão/PR: uma discussão de gênero na Geografia. In: *ANAIS do XXI*

*Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Uberlândia/ MG: Universidade Federal de Uberlândia, 15 a 19 de outubro de 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1028\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1028_1.pdf). Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. (2006) A fronteira agrícola capitalista da soja na Amazônia. Em: *Revista da Sociedade Brasileira de Geógrafos*. Vol. 1, n. 1. Disponível em: [http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista\\_sbg/Arevista.html](http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/Arevista.html) Acesso em 10/10/2010.

SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Josué da Costa. (2012) Os impactos das políticas públicas na vida das mulheres rurais do Assentamento Joana D'Arc III. *ANAIS do XVII Encontro Nacional de Geógrafos* (ENG). Belo Horizonte, MG: UFMG, Campus da Pampulha, 22 a 28 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.eng2012.org.br/trabalhos-completos>. Acesso em 15 de setembro de 2013.

TERRAS PÚBLICAS EM VILHENA E CHUPINGUAIA TÊM TÍTULOS PROVISÓRIOS CANCELADOS PELO INCRA. *Blog Notícias da Terra – Comissão Pastoral da Terra/RO*, 02 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://cptrondonia.blogspot.com.br/2013/12/terras-publicas-em-vilhena-e.html>. Acesso em 18 de fevereiro de 2014.